

Sarney explica a comissão da dívida externa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pela primeira vez, depois que criou a Comissão de Assessoramento da Dívida Externa, o presidente José Sarney falou publicamente, ontem, sobre sua decisão. "O tratamento da dívida, assim, vai ser encaminhado de maneira sistemática durante o período da negociação, de modo que as nossas propostas possam ser bem discutidas e os interesses do Brasil melhor definidos", disse no programa "Conversa ao Pé do Rádio", transmitido em cadeia todas as sextas-feiras.

Sem citar nomes, o presidente Sarney lembrou que a comissão será presidida pelo ministro da Fazenda e terá um embaixador especial para negociar com os credores: "É o tratamento do assunto por um país maduro e grande como é o nosso Brasil", disse. Depois de destacar a solidariedade que o Brasil tem recebido de países do mundo inteiro, o presidente salientou o apoio do presidente Mário Soares, de Portugal, e de François Mitterrand, da França, que "apelou aos países credores e aos banqueiros para que ajudem a encontrar uma solução".

O presidente Sarney abriu o programa de ontem falando sobre a reunião que teve, sábado passado, na Granja do Torto, com representantes dos trabalhadores, afirmando que "muitas das coisas que eles pediram e questionaram são justas". Além de não poupar elogios aos sindicalistas, o chefe da Nação garantiu que seu objetivo é o mesmo dos trabalhadores: conseguir uma fórmula de política salarial que permita a manutenção do poder aquisitivo dos salários, sem aumentar a inflação. "Pela primeira vez em nosso País, temos um entendimento constante com a classe trabalhadora", destacou.

"As dificuldades passarão", disse o presidente, encerrando o programa, onde sempre tem procurado transmitir mensagens de otimismo. Desta vez, além do tratamento da dívida, do diálogo com os trabalhadores, do aumento da pensão para os aposentados, ele também lembrou a descoberta da nova área de produção de petróleo, no Amazonas, completando: "Acho que é uma injustiça nós termos que pagar quantias tão altas, mandando para o Exterior quantias que o Brasil não pode mandar, senão sacrificando o seu desenvolvimento".